

## O PERFIL DA COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA NA UFSC

**Mabel Fátima Schleder Cezar**

Universidade Federal de Santa Catarina

[mabel.cezar@ufsc.br](mailto:mabel.cezar@ufsc.br)

**Mariany Cristine Souza**

Universidade Federal de Santa Catarina

[mariany.souza@ufsc.br](mailto:mariany.souza@ufsc.br)

**Rafael Pereira Ocampo Moré**

Universidade Federal de Santa Catarina

[rafael.more@ufsc.br](mailto:rafael.more@ufsc.br)

**Marlise There Dias**

Universidade Federal de Santa Catarina

[marlise.dias@ufsc.br](mailto:marlise.dias@ufsc.br)

**Maico Oliveira Buss**

Universidade Federal de Santa Catarina

[maico.buss@ufsc.br](mailto:maico.buss@ufsc.br)

**Paola de Azevedo**

Universidade Federal de Santa Catarina

[paola.azevedo@ufsc.br](mailto:paola.azevedo@ufsc.br)

### RESUMO

Com a reforma universitária ocorrida na década de 60, a universidade foi reorganizada, tendo como base a modernização, para atender as mudanças que o Brasil vinha sofrendo na época do governo de Jucelino Kubichek. Entre as várias alterações que a reformar promoveu na universidade, destaca-se a indivisibilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Também nesta mesma época houve a institucionalização da pesquisa. Assim, para promover um fluxo continuado de pesquisas foram criados os grupos de pesquisas. Com este artigo, tem-se como objetivo principal analisar o perfil da composição dos grupos de pesquisa, para tanto, foram analisados os grupos de pesquisas certificados da Universidade Federal de Santa Catarina. Os resultados da pesquisa evidenciam que o número de grupos de pesquisa na UFSC vem crescendo a cada ano, e que a maioria dos participantes dos grupos de pesquisas são classificados como pesquisadores, que podem ser professores, alunos ou técnicos e em sua grande maioria são doutores.

**Palavras chave:** Universidade. Pesquisa. Grupo de Pesquisa.

## **1. INTRODUÇÃO**

No governo de Juscelino Kubicheck, o Brasil começou a se modernizar, momento em que aconteceu a industrialização, surgindo novos métodos e processos, nesta época foram construídas grandes hidrelétricas, estradas e começou-se a perceber que o sistema universitário da época não atendia mais o Brasil. (ROMEO, 1986), e, só seria possível o desenvolvimento econômico com um planejamento integrado e coordenado da economia e da educação. (SILVEIRA E BIANCHETTI, 2016)

Então, na década de 60, visando atender o Brasil moderno que surgia na época, se constitui a reforma universitária, que reorganiza a universidade, tendo como base a modernização, a eficácia e a racionalização. (GRACIANI, 1984)

A reforma universitária trouxe grandes transformações, que em sua maioria perduram até os dias de hoje, como a possibilidade de cursos de curta duração, a indivisibilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os regimes de tempo integral, a dedicação exclusiva de professores e a institucionalização da pesquisa. (MOHRY, 2004)

Silveira e Bianchetti, (2016) afirmam que no Brasil, a nova configuração de universidade materializa-se por meio de várias leis e decretos. Como o decreto n. 7.423, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta as parcerias entre universidades federais e as instituições de direito privado, viabilizando a capacitação de recurso privado para financiar as atividades de pesquisa efetuadas em sua maioria por grupos de pesquisa.

Assim, o objetivo do artigo é analisar os grupos de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina através da análise da composição dos grupos de pesquisa certificados, considerando a seguinte pergunta de pesquisa: como é a composição do perfil dos grupos de pesquisa certificados na Universidade Federal de Santa Catarina?

A seguir são apresentados preceitos teóricos que irão nortear o desenvolvimento da pesquisa.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

De acordo com Morhy (2004, p. 25), “A universidade chegou ao Brasil com grande atraso. Até 1900 não existiam mais do que 24 escolas de educação superior no País e até o final da primeira década do século passado não havia uma única universidade.”.

Enquanto nos Estados Unidos em 1870, já havia a Universidade John Hopkins, com perfil de universidade plena, com pós-graduação, que focava em ser um local de produção de conhecimento, produção do saber e não apenas preparar pessoas para o mercado de trabalho; No Brasil, as primeiras universidades criadas com este nome, não eram universidades plenas, e sim escolas superiores isoladas. (ROMEO, 1986).

Existem vários registros de iniciativas para a criação de uma universidade no Brasil. A primeira tentativa foi a “Universidade do Brasil, que chegou a ser instalada em 1592 pelos jesuítas na Bahia, mas esta instituição não foi reconhecida ou autorizada, nem pelo Papa e nem pelo Rei de Portugal.” (MORHY, 2004, p. 25).

A primeira universidade brasileira foi a Universidade do Paraná, criada em 1912. Seguida da Universidade de Minas Gerais e da Universidade do Rio de Janeiro. Esta última motivada pela visita que o Rei Alberto, da Bélgica, faria ao Brasil em 1920, pois nesta visita real o governo brasileiro pretendia dar o título de Honris Causa ao Rei da Bélgica. (ROITMAN, 1986).

Romeo (1986) destaca que na década de 30, em São Paulo houve um movimento para criar uma universidade plena, que desenvolvesse conhecimento além de preparar pessoas para o mercado de trabalho. Roitman (1986), complementa que por volta de 1934, as várias faculdades que haviam distribuídas pela cidade de São Paulo, foram reunidas em um único núcleo, criando assim a Universidade de São Paulo (USP).

No governo de Jucelino Kubichek, o Brasil começou a se modernizar, e começou-se a perceber que o sistema universitário da época não atendia mais a este Brasil moderno. O primeiro alerta de tal situação, foi dado por estudantes na década de 60 com a “Carta da Bahia”, que propunha os novos princípios da universidade, com professores em tempo integral, autônoma, voltada para a produção do conhecimento e desenvolvimento do país. (ROMEIO, 1986).

Então, na década de 60, através da Lei 5.540/68 se estabeleceu a reforma universitária. Esta reforma reorganizou a universidade, tendo como base a modernização, a eficácia e a racionalização, criando a matrícula por disciplina e o sistema de créditos. (GRACIANI, 1984).

Mohry (2004), complementa que a reforma universitária possibilitou a criação de cursos de curta duração, a indivisibilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os regimes de tempo integral, a dedicação exclusiva de professores e a institucionalização da pesquisa. Teixeira (1986) destaca que também com a reforma universitária foram eliminadas as cátedras, e se iniciou a criação de departamentos. Estas alterações em grande maioria perduram até os dias de hoje nas universidades brasileiras.

## 2.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

No Brasil as universidades são definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil – LDB/1996 como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.” (BRASIL, 1996, s/p).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil ainda menciona que para ser uma universidade é preciso se enquadrar nos seguintes critérios:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, 1996, s/p).

No Brasil, o funcionamento das instituições superiores e a oferta de cursos são regulamentados por legislação nacional que estabelece critérios mínimos.

O decreto nº 5773 de 9/05/2006, determina que:

O funcionamento de instituição de educação superior e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Poder Público. [...] São modalidades de atos autorizativos os atos administrativos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos

superiores, bem como suas respectivas modificações.[...]A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2006, s/p).

No Brasil são consideradas como instituições de educação superior as faculdades, os centros universitários e as universidades, cada um com regras específicas de credenciamento e de funcionamento estabelecidos a partir da regulamentação da LDB/1996, por meio do Decreto nº 5773 de 9/05/2006 (BRASIL, 2006).

De acordo com a lei n.º 62/2007, que versa sobre o regime jurídico das instituições de ensino superior:

As instituições de ensino superior públicas gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza. Cada instituição de ensino superior tem estatutos próprios que, no respeito da lei, enunciam a sua missão, os seus objetivos pedagógicos e científicos, concretizam a sua autonomia e definem a sua estrutura orgânica. (BRASIL, 2007, s/p)

As universidades e institutos universitários são governados pelo conselho geral, reitor e conselho de gestão. O conselho geral é composto de 15 a 35 membros, a quantidade é definida de acordo com o tamanho de cada instituição. Podem ser membros do conselho geral representantes dos professores e estudantes e personalidades externas de reconhecido mérito. (BRASIL, 2007).

O reitor é eleito pelos membros da universidade nos termos estabelecidos pelos estatutos de cada instituição e segundo o procedimento previsto no regulamento competente. (BRASIL, 2007).

E por fim, “o conselho de gestão é designado e presidido pelo reitor ou presidente, conforme os casos, sendo composto por um máximo de cinco membros, nos termos previstos nos estatutos da instituição, incluindo um vice-reitor ou vice-presidente e o administrador.” (BRASIL, 2007, s/p).

### 2.3 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ

Em 15 de janeiro de 1951, foi sancionada a Lei nº 1.310, que cria o Conselho Nacional de Pesquisas, que é diretamente subordinado ao presidente da república. Que tem por objetivo promover e estimular o desenvolvimento e a investigação científica em qualquer domínio do conhecimento. (BRASIL, 2016).

O Conselho nacional de pesquisa foi criado com as seguintes atribuições:

a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior; b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato e remuneração de pessoal e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados; c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior; d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores; e) entrar

em entendimento com as instituições, que desenvolvem pesquisas, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos; f) manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país e no exterior, para estudo de temas de interesse comum; g) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgão oficial; h) sugerir aos poderes competentes quaisquer providências, que considere necessárias à realização de seus objetivos. (BRASIL, 2016, s/p).

Com base na Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, foi transformado em fundação pública pela Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974, com sede no Distrito Federal, para regulamentar seus objetivos (BRASIL, 2016).

De acordo com o estatuto, o CNPq tem por objetivo “promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.” (BRASIL, 2016, s/p).

“Compete ao CNPq, como órgão de fomento à pesquisa, participar, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e, especialmente:” (BRASIL, 2016, s/p).

I - promover e fomentar o desenvolvimento e a manutenção da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento; II - promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e a capacitação de recursos humanos voltadas a questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional; III - promover e fomentar a inovação tecnológica; IV - promover, implementar e manter mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação; V - propor e aplicar normas e instrumentos de apoio e incentivo a atividades de pesquisa e desenvolvimento, de difusão e de absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos; VI - promover a realização de acordos, protocolos, convênios, programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais; VII - apoiar e promover reuniões de natureza científica e tecnológica ou delas participar; VIII - promover e realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - prestar serviços e assistência técnica em sua área de competência; X - prestar assistência na compra e importação de equipamentos e insumos para uso em atividades de pesquisa científica e tecnológica, em consonância com a legislação em vigor; e XI - credenciar instituições para, nos termos da legislação em vigor, importar bens com benefícios fiscais destinados a atividades diretamente relacionadas com pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, 2016, s/p).

A universidade Federal de Santa Catarina através da Resolução Normativa Nº 47/Cun/2014, define projeto de pesquisa como “uma proposta de investigação com prazo inicial e final definidos, fundamentada em objetivos específicos e metodologias apropriadas, visando à obtenção de resultados, à geração de novos conhecimentos e/ou à ampliação de conhecimentos existentes, à colocação de elementos novos em evidência ou à refutação de conhecimentos existentes.” (UFSC, 2014, p. 1).

As atividades de pesquisa são de suma importância para a sustentação e diferenciação da universidade, por isso tamanho interesse para que cada vez mais as pesquisas sejam qualificadas e ampliadas, sejam através de convênios, contratos ou instrumentos correlatos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. As atividades de pesquisa também são fundamentais na formação e qualificação do seu corpo docente, técnico-administrativo e discente. (UFSC, 2014).

A Resolução Normativa Nº 47/Cun/2014 também define qual o percentual do valor arrecadado de cada projeto de pesquisa que deverá ser repassado para os centros, departamentos entre outros. (UFSC, 2014).

## 2.4 SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA

A universidade empreendedora é resultado do desenvolvimento acadêmico desde o foco no ensino até a pesquisa. Já a universidade de pesquisa consiste em uma série de grupos de pesquisa que possuem qualidades sólidas. Assim, a universidade empreendedora engloba a universidade de pesquisa (ETZKOWITZ, 2001).

A Academia tornou-se empreendedora por meio de suas conexões internas e externas com a finalidade de transferência de conhecimento e tecnologia. Nos Estados Unidos, essa dinâmica acadêmica se originou no final do século 19, em virtude da ausência de um sistema formal de financiamento (ETZKOWITZ, 2001).

A universidade empreendedora nos Estados Unidos, com uma série de grupos de pesquisa, surgiu em contraste com a Europa, onde o empreendedorismo acadêmico ainda era recente (ETZKOWITZ, 2001).

Os grupos de pesquisa cada vez mais são considerados como “quase empresas”, processo já descrito como “a invenção da universidade empreendedora” (GAUS et al., 2014).

Na América Latina e no continente Europeu as instituições acadêmicas eram controladas pelo Estado, sendo que uma mudança gradual pôde ser identificada para uma autonomia crescente e o empreendedorismo acadêmico surgiu sem nenhuma história prévia.

A produção de conhecimento científico transformou-se em um empreendimento, mesmo quando universidade e indústria, que eram até então relativamente separadas e distintas, tornaram-se inextricavelmente interligadas (ETZKOWITZ, 2001).

A primeira revolução acadêmica, no final do século 19, tornou a pesquisa uma função universitária, além da tradicional tarefa de ensino. Uma segunda revolução acadêmica transformou a universidade em uma empresa de ensino, pesquisa e desenvolvimento econômico com a finalidade de atender a necessidade generalizada de gerar novas empresas, a partir do conhecimento, para estimular o crescimento de emprego e produtividade (ETZKOWITZ, 2001).

## 2.5 GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL

Os grupos de pesquisa são definidos “como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente duas lideranças.” (BRASIL, 2017, s/p).

O fundamento da hierarquia dos grupos de pesquisa é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico, no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa. Os trabalhos se organizam em torno de linhas comuns de pesquisa que são relacionadas ao grupo. (BRASIL, 2017).

Os líderes de cada grupo podem efetuar o cadastro do seu grupo no Diretório dos Grupos de pesquisa, que nada mais é do que o inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no País, fornecendo informações referentes aos recursos humanos que compõem os grupos, ou seja, pesquisadores, estudantes e técnicos, bem como às linhas de

pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo (BRASIL, 2017).

Assim com as informações cadastradas dos grupos de pesquisa é possível descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil.

A grande maioria dos grupos de pesquisa inventariados estão localizados, principalmente, em universidades, instituições isoladas de ensino superior com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos (BRASIL, 2017). A seguir é apresentada a metodologia aplicada na pesquisa.

### 3. METODOLOGIA

Conforme elucidam Silva e Menezes (2005), uma pesquisa pode ser classificada de quatro formas: quanto à natureza, quanto à forma de abordagem do problema, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos.

Quanto à natureza, a pesquisa se caracteriza por básica. De acordo com Gil (2010, p. 27), as pesquisas deste tipo são “destinadas unicamente à ampliação do conhecimento, sem qualquer preocupação com seus possíveis benefícios”. Assim, esta pesquisa limita-se ao objetivo identificar o perfil da composição dos grupos de pesquisa na UFSC sem propor qualquer interferência ou aplicação prática com a finalidade de solucionar problemas específicos na realidade pesquisada.

Referente à forma de abordagem do problema, a presente pesquisa classifica-se predominantemente como qualitativa, embora se sirva de aportes quantitativos. De acordo com Michel (2005, p.33):

Na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias [...]. Na pesquisa qualitativa o pesquisador participa, compreende e interpreta.

Roesch (1996) menciona que a pesquisa quantitativa implica em medir relações entre as variáveis e avaliar o resultado de algum sistema ou projeto.

Vale ressaltar, no entanto, que as pesquisas quantitativa e qualitativa não são excludentes, e sim complementares. Para Michel (2005, p. 34) “a interpretação serve para analisar erros decorrentes de leitura errônea de medidas ou defeitos de instrumentos, assim como a quantificação pode auxiliar na análise interpretativa de um fenômeno”.

No que concerne aos objetivos, Gil (2010) afirma que uma pesquisa pode ser classificada em exploratória, descritiva ou explicativa. Triviños (1987) salienta que estudos descritivos têm por objetivo conhecer traços característicos, problemas, valores, métodos, entre outros do objeto em estudo. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois expõe características de determinado fenômeno e não tem compromisso de explicá-lo, embora sirva de base para tal explicação.

Quanto aos procedimentos técnicos, Gil (2010) classifica as pesquisas como: bibliográfica, documental, experimental, ex-post-facto, levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação e pesquisa participante. A pesquisa em questão é caracterizada como bibliográfica e documental.

A primeira etapa deste artigo consistiu no levantamento bibliográfico, com leituras sobre a literatura específica sobre o tema em estudo. Gil (2010) complementa que a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, fazendo uso principalmente de livros e artigos científicos. Enquanto a pesquisa documental faz uso de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

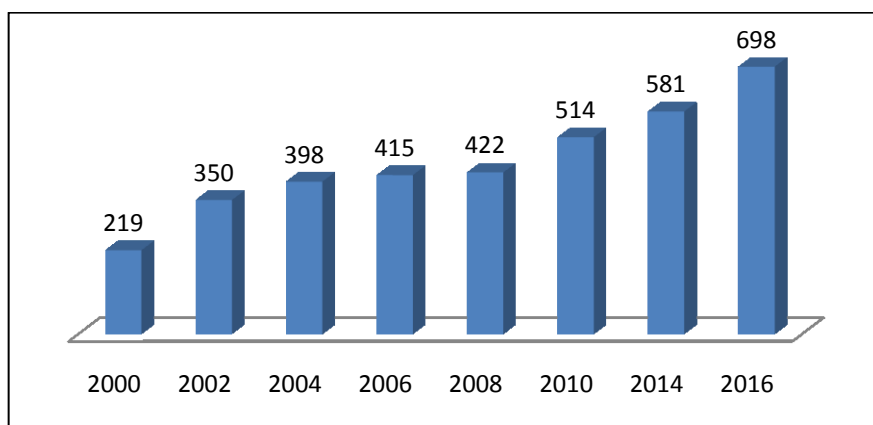
Considerando os objetivos deste artigo, adotou-se o método de coleta de dados mediante análise de documentos, com a qual se pretendeu identificar o perfil da composição dos grupos de pesquisa na UFSC. A pesquisa foi realizada com base em relatórios obtidos na página eletrônica Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnologia, uma análise descritiva da composição dos grupos de pesquisa da UFSC.

Para Vergara (2007), os dados podem ser tratados de duas maneiras: com procedimentos estatísticos e de forma não estatística. Nesta pesquisa, os dados obtidos foram estruturados e analisados sem tratamento estatístico, utilizando-se apenas a tabulação dos mesmos para a elaboração de gráficos que contribuiriam para uma melhor visualização dos resultados.

#### 4. RESULTADOS

##### 4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Neste tópico serão apresentados os dados obtidos na pesquisa realizada na base dados do CNPQ, por meio de gráficos e análises descritivas. A Figura 1 mostra a quantidade de grupos de pesquisa identificados na UFSC.

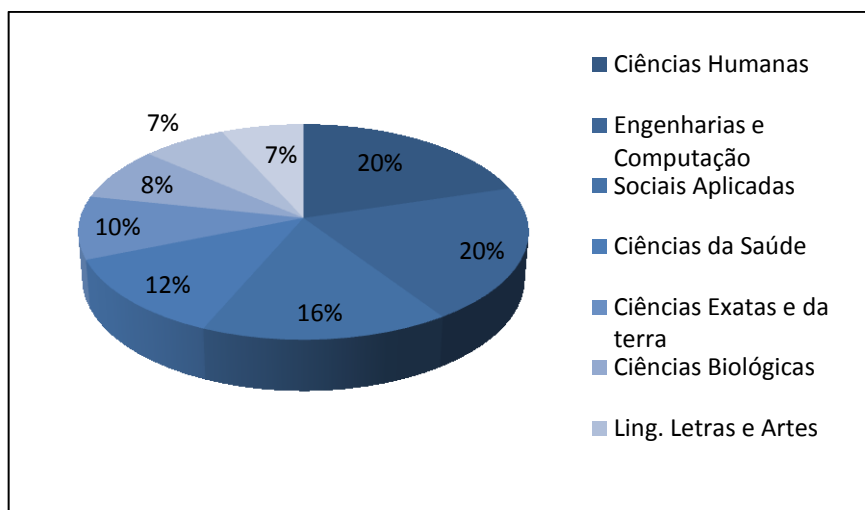


**Figura 1 – Quantidade de grupos de pesquisa por ano na UFSC**

Fonte: BRASIL (2017)

Ao analisar a gráfico acima, observa-se que o número de grupos de pesquisa certificados pelo CNPQ, está aumentando a cada ano na UFSC. Percebe-se que no ano de 2000, a UFSC possuía 219 grupos de pesquisas certificados, até o ano de 2016 este número teve um significativo aumento, chegando em 698 grupos de pesquisa certificado.





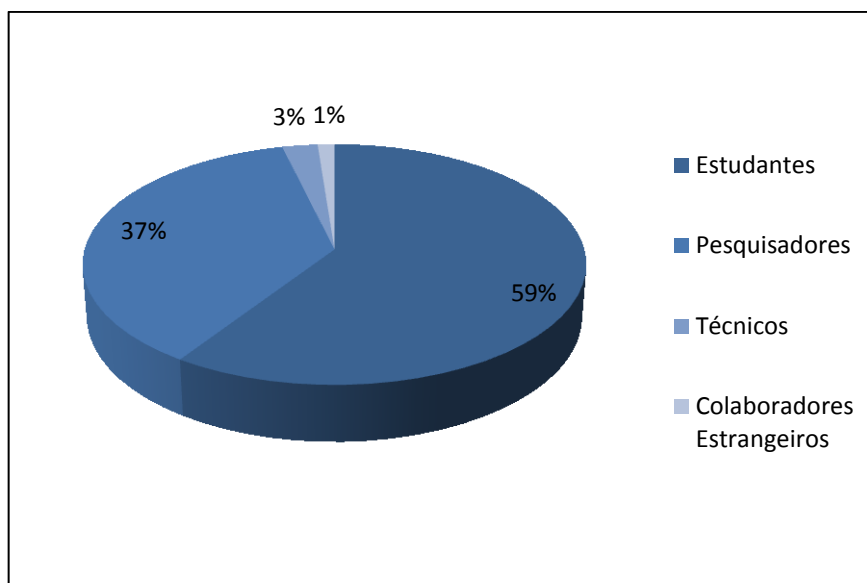
**Figura 2 – Grupos de pesquisa por grande área na UFSC**

Fonte: BRASIL (2017)

Neste gráfico percebe-se que na UFSC os grupos de pesquisa estão distribuídos de forma equilibrada, levando em consideração as grandes áreas de pesquisa. Destacando-se as Ciências Humanas e as Engenharias e Computação.

No censo realizado, o CNPQ distribui os participantes dos grupos em (BRASIL, 2017):

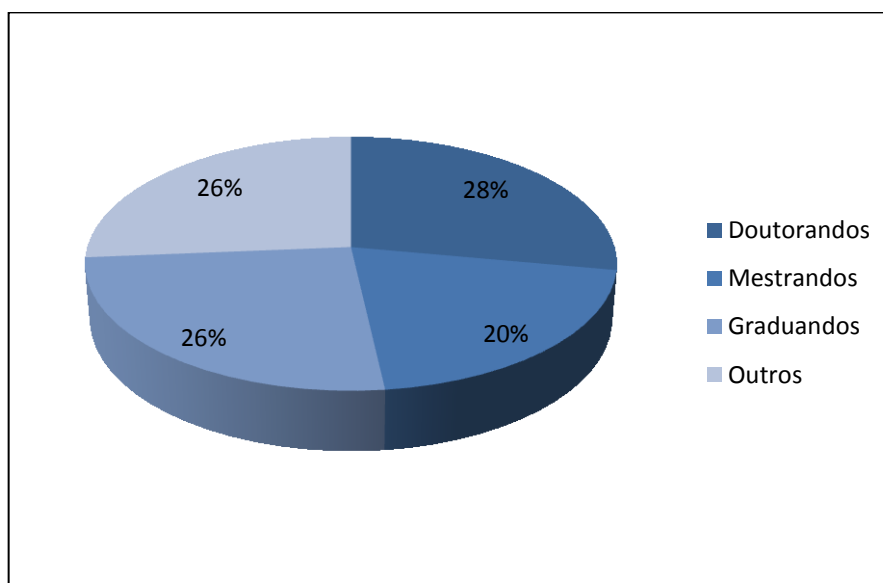
- Estudantes: participante em iniciação científica ou em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) que participa ativamente de linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo, como parte de suas atividades discentes, sob a orientação de pesquisadores do grupo.
- Pesquisadores: é um membro graduado ou pós-graduado que atua direta, ativa e criativamente na realização de projetos e na produção científica, tecnológica e artística do grupo. Aqueles matriculados em um curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) deverá ser incluído como estudante (caso seu orientador seja um pesquisador do grupo). Estagiários pós-doutorais devem ser considerados como pesquisadores do grupo, e não estudantes.
- Técnicos: este ator auxilia os pesquisadores do grupo nas atividades de pesquisa e sua função depende de seu campo de atuação e nível de formação. A identificação das atividades dos técnicos no grupo é realizada com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).
- Colaboradores estrangeiros: pesquisador estrangeiro, não residente no Brasil, que eventualmente colabore com pesquisas no grupo. É exigido que ele possua currículo Lattes, com as informações mínimas para sua publicação.



**Figura 3 – Participantes dos grupos de pesquisas da UFSC**

Fonte: BRASIL (2017)

No gráfico 3, observa-se que um pouco mais da metade dos participantes dos grupos de pesquisa são estudantes, seguidos com 37% de pesquisadores, 3% de técnicos e apenas 1% dos participantes são colaboradores estrangeiros.

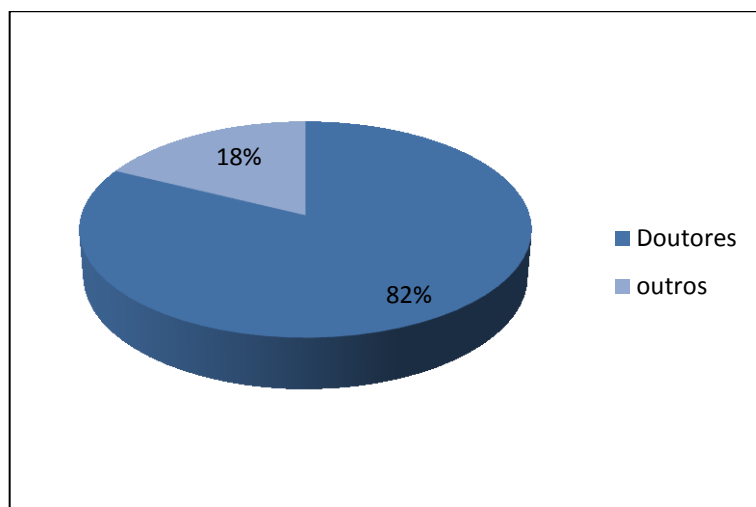


**Figura 4 – Titulação dos estudantes participantes dos grupos de pesquisa da UFSC**

Fonte: BRASIL (2017)

Analisando a titulação dos estudantes participantes dos grupos de pesquisas certificados pelo CNPQ da UFSC, percebemos que 28% dos estudantes são doutorandos, 20% são mestrandos, 26% são graduandos, e 26% estudantes de outros níveis. O que nos leva a

concluir que temos um perfil diversificado quanto à escolaridade dos estudantes participantes dos grupos de pesquisa.



**Figura 5 – Titulação dos pesquisadores participantes dos grupos de pesquisa da UFSC**  
Fonte: BRASIL (2017)

Quanto à titulação dos pesquisadores participantes dos grupos de pesquisa certificados pelo CNPQ da UFSC, notamos que grande maioria dos pesquisadores participantes são doutores, e apenas 18% possuem outros níveis de escolaridade.

## 5. CONCLUSÃO

Na prática, o que se buscava na época da reforma universitária, não é diferente dos dias de hoje, buscava-se uma universidade voltada para o desenvolvimento econômico, com foco na formação de profissionais que o mercado precisa no momento.

E com a nova configuração de universidade, ter grupos de pesquisa qualificados na instituição, se tornou possibilidade concreta de atrair recursos privados para dentro da instituição pública para viabilizar diversas pesquisas. É importante ressaltar, que os grupos de pesquisa mais renomados, que atraem maiores investimentos públicos ou privados, são aqueles que oferecem um produto pronto/concreto para as empresas, ou seja, que vão de encontro ao que o mercado necessita no momento.

No presente estudo, a pesquisadora se propôs a realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema relativo às universidades brasileiras e aos grupos de pesquisa. A seguir, buscou-se identificar o perfil da composição dos grupos de pesquisa, a partir dos grupos de pesquisas certificados da Universidade Federal de Santa Catarina.

Cabe destacar que o objetivo da pesquisa foi alcançado, pois apresentou-se o perfil da composição dos grupos de pesquisa, cumprindo as etapas propostas, seguindo definições oferecidas pelo CNPQ.

O estudo sobre o tema demonstrou que o número de grupos de pesquisa certificados pelo CNPQ, está aumentando a cada ano na UFSC, que levando em consideração as grandes áreas de pesquisa os grupos estão distribuídos de forma equilibrada.

Quanto à titulação dos pesquisadores, participantes dos grupos de pesquisa certificados pelo CNPQ da UFSC, pode-se notar que a grande maioria dos pesquisadores participantes são doutores.

Também é importante destacar que um pouco mais da metade dos participantes dos grupos de pesquisa são estudantes e 28% dos estudantes são doutorandos, 20% são mestrandos, 26% são graduandos, e 26% estudantes de outros níveis. O que nos leva a concluir que temos um perfil diversificado quanto à escolaridade dos estudantes participantes dos grupos de pesquisa.

Como evolução desta pesquisa sugere-se o estudo de quem são os pesquisadores da UFSC, identificando o perfil destes. Ou seja, verificar sua divisão entre estudantes, servidores técnicos administrativos e docentes. Desta forma, será possível verificar qual o percentual do envolvimento destes no processo de pesquisa da UFSC e quanto mais cada categoria pode contribuir para o crescimento das atividades de pesquisa desta universidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Ministério de ciência e tecnologia, Conselho nacional de pesquisa científica e tecnologia**. <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 24/07/2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 25/07/2017.

BRASIL. **Lei n.º 62/2007**. Regime jurídico das instituições de ensino superior. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.PDF>. Acesso em: 26/07/2017.

BRASIL. **Lei 1.310**, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L1310.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1310.HTM). Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.129**, de 6 de novembro de 1974. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dá outras providências. Disponível em: [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6129.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6129.HTM). Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.866**, de 3 de outubro de 2016. **Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq** Disponível em: <http://cnpq.br/decreto-4728>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.423**, de 31 de dezembro de 2010. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm). Acesso em: 31 jul. 2017.

ETZKOWITZ, Henry. **Research groups as ‘quasi-firms’: the invention of the entrepreneurial universit**. Journal Elsevier, 2001.

GAUS, Olaf. **Common Culture: A Valuable Prerequisite for Innovation-Focused Interactions between Science and Economy**. Conference: 2nd International Conference on Innovation and Entrepreneurship ICIE, At Bangkok University, Thailand, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil**. 52 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MORHY, Lauro. Brasil – Universidade e Educação Superior. In: MORHY, Lauro (org.). **Universidade no Mundo: universidade em questão**. Vol. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de casos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ª ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVEIRA, Zuleide Simas da; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de educação**. V.21; n.64 jan-mar 2016. P.79-99. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/rbe-revista-brasileira-de-educacao-v21-n-64-jan-mar-2016>. Acesso em: 31 jul. 2017.

TEIXEIRA, J. G. L. C. (Org.). A universidade brasileira e a constituinte. In: ROITMAN, I (Coord.); BELLONI, I; MAAR, L. W; LABOURIAU, L.F.G.; MOREL, C.; ROMEO, J.R.M. **A história recente da universidade brasileira**. *Anais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p. 73-118.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. **Resolução Normativa N° 47/Cun/2014**, de 16 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a atividade de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: [http://propesq.ufsc.br/files/2017/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_Normativa\\_47-2.pdf](http://propesq.ufsc.br/files/2017/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Normativa_47-2.pdf). Acesso em: 16 jun. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.